

Nem dar o peixe, nem ensinar a pescar: pela potencialização da pesca já existente.

Limites e possibilidades da ação pontos de cultura (Ministério da Cultura - Brasil) a partir de um estudo de caso: o Ponto de Cultura – Centro de Cultura Caiçara da Barra do Ribeira

Fiorela Bugatti Isolan*

Resumo: Ao tomar como referência princípios como autonomia e protagonismo social, pode-se dizer que a ação Pontos de Cultura, criada dentro do marco do programa Cultura Viva, do Ministério da Cultura, representa uma inversão no modo de desenhar políticas para a cultura dentro do contexto brasileiro: em lugar de promover políticas de acesso (dentro do paradigma da democratização cultural), a ação busca fomentar a produção cultural da parcela excluída da sociedade civil, dentro da perspectiva da democracia cultural. O presente artigo pretende analisar os limites e possibilidades do modelo de gestão proposto pela ação, a partir do estudo de um caso concreto de sua implantação. Refletir sobre as dificuldades e perspectivas da ação, assim como sua eficiência e busca de legitimidade enquanto política pública, pode contribuir para o debate sobre modelos alternativos de política cultural dentro do cenário contemporâneo.

Palavras-chave: Política cultural – ação Pontos de Cultura – Gestão compartilhada – Protagonismo social – Democracia cultural

Introdução

Partindo de uma idéia política cultural entendida como um conjunto de ações globais e sistemáticas, que se organizam de maneira planejada e coordenada, com o objetivo de desenvolver o campo da cultura, em vistas a satisfazer as necessidades culturais da população (García Canclini, 1987; Morató, 2007; Calabre, 2007), é possível afirmar que a trajetória do setor dentro do cenário brasileiro se caracteriza pelo seu aspecto recente e descontínuo (Calabre, 2007). Em efeito, diferentes autores sinalizam que foi a partir de 2003, com a vitória do Partido dos Trabalhadores (PT) no âmbito federal, e a nomeação de Gilberto Gil frente ao Ministério da Cultura, quando se iniciou no país um intenso processo de reorganização institucional, e se articulou um forte debate a respeito do papel do Estado no campo cultural (Barbalho, 2007; Botelho, 2007; Calabre, 2007; Rubim, 2009).

Na contramão do modelo de política cultural consolidado na década anterior, caracterizado por priorizar a prática de obtenção de benefícios fiscais em detrimento da ação do Estado como gestor público (favorecendo, dessa maneira, setores específicos da sociedade, deixando sem poder

* *Màster en Gestió del Patrimoni Cultural, Universitat de Barcelona.* E-mail: fiorelabugatti@yahoo.com.br

de participação os setores não organizados e isolados socialmente (Ventura, 2005), a orientação adotada pelo PT a partir de 2003 passa a reivindicar uma atuação ativa do Estado no setor cultural. Tomando como referência a idéia de cultura no sentido amplo, para além “del rincón de los libros y las bellas-artes” (García Canclini, 1987: 25), como produção cultural de todas as classes (Prats, 2005c), o Ministério da Cultura levou a cabo um processo de redefinição do seu objeto de atuação e de reorganização administrativa. Internamente, isso significou a reformulação da estrutura do Ministério dentro do sistema de governo, visando a racionalização de seu trabalho. Nesse sentido, foi criada uma nova estrutura que resultou na implantação de novas secretarias, programas e ações. No campo discursivo, a cultura passou a reclamar seu lugar dentro do debate político. A partir do reconhecimento da sua dimensão como bem público, que se “se impõe no âmbito dos deveres estatais” (Gil, 2005: 110), se articulou um discurso institucional que aponta em direção à incorporação de expressões culturais historicamente excluídas, destacando a diversidade cultural do país.

Dessa forma, partindo do reconhecimento da centralidade da cultura e da valorização da diversidade e da pluralidade, o plano de ação levado a cabo pelo MinC se encaminha em direção à elaboração de políticas públicas que contribuam a reverter a situação de exclusão social que caracteriza a sociedade brasileira. Na prática, tal orientação levou tanto à promoção de políticas de difusão e acesso (dentro do marco da democratização cultural), quanto à elaboração de ações e programas que se estruturam sob canais de participação democrática, apostando no protagonismo da sociedade (dentro da perspectiva da democracia cultural).

De acordo com o ex-ministro Gilberto Gil, a ação Pontos de Cultura, do programa Cultura Viva, em vigor desde 2004 e objeto de análise deste artigo, se enquadra nesta segunda linha de atuação, e encarnaria a *nova visão* do Ministério, qual seja, a de fazer com que o poder público passe a atuar junto a comunidades periféricas com o objetivo de potencializar a cultura local e favorecer a inclusão social (Gil, 2005). Neste sentido, propõe-se a elaboração de políticas que ofereçam um “tratamento preferencial do fraco”, a partir do desenvolvimento de ações positivas, “para potencializar e despertar fatores econômicos existentes, mas adormecidos” (Gil, 2005: 108).

Nem dar o peixe, nem ensinar a pescar: pela potencialização da pesca já existente.

O programa Cultura Viva e a ação Pontos de Cultura

O programa Cultura Viva foi concebido e implantado no contexto da primeira gestão do Partido dos Trabalhadores frente ao governo federal (2003-2006). Entendido como uma rede orgânica de iniciativas de criação e gestão cultural, o programa tem nos Pontos de Cultura a sua

principal ação. Os Pontos são, dentro dessa perspectiva, a sedimentação da rede de ações articuladas pelo programa. Seu objetivo “é potencializar ações culturais já desenvolvidas por setores historicamente afastados das políticas públicas”, agregando a elas recursos e novas capacidades (Revista Cultura Viva: 35). A idéia é, a partir destas iniciativas já existentes e articuladas por diferentes atores sociais, levar a cabo um processo de estímulo e reconhecimento das múltiplas identidades e expressões culturais locais que até então não eram tidas em conta pela ação pública. Neste sentido, o programa se dirige a um público formado por populações de baixa renda dos grandes centros urbanos e pequenas localidades, jovens em situação de vulnerabilidade social, estudantes do ensino público, comunidades tradicionais, habitantes de regiões com relevância para a preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental, e grupos que participam em movimentos sociais e culturais (Revista Cultura Viva: 19). Ao dar ênfase na criação e produção cultural local de grupos sociais marginalizados, a ação evidencia o compromisso que o Estado tenta assumir no campo da cultura, principalmente no âmbito local: pela valorização do pluralismo e da diversidade cultural dos diferentes grupos sociais, dentro de uma perspectiva de cultura como bem comum e elemento ativo da população (Prats, 2005c). Como sintetiza Gilberto Gil: “não (se) trata de dar o peixe, nem de ensinar a pescar. Trata-se de potencializar a pesca que se faz há muito tempo, em especial nas áreas de risco social, nos territórios de invisibilidade, nos grotões e nos guetos das grandes cidades brasileiras, onde pulsa uma cultura e uma arte tão fortes, mas tão fortes, que não há miséria, não há indignação, não há descaso ou violência que as façam calar” (Gil, 2005: 108).

Sob tal perspectiva, o que se desenha é uma ação que tem sua origem no que já existe. Deste modo, os Pontos não seguem “um modelo único, nem instalações físicas, nem programação ou atividades pré-estabelecidas. (...) Uma pequena casa, um barracão, um museu, uma associação, um grande centro cultural”, tudo pode se transformar em Ponto de Cultura (Revista Cultura Viva: 20): “(...) Mais que um conjunto de obras físicas e equipamentos, (a ação) consiste em impulsar as energias criadoras do povo brasileiro” (Gil, 2005: 109). O Estado, por sua vez, não impõe programas nem determina caminhos a serem seguidos, cabendo a ele o papel de “criar condições para a criação, circulação, produção de bens culturais e formação cultural” (Gil, 2003: 41).

Ao propor um modelo de gestão flexível e maleável, respeitando as dinâmicas locais, os Pontos de Cultura representam uma inversão nos papéis ocupados pelo Estado e pela sociedade civil no momento de administrar a cultura: a sociedade assume autonomia e protagonismo frente aos processos decisórios, compartilhando responsabilidades com o poder público. “Em lugar de determinar (ou impor) ações e condutas locais, o programa estimula a criatividade, potencializando desejos e criando um ambiente propício ao resgate da cidadania através do reconhecimento da importância da cultura produzida em cada localidade” (Revista Cultura Viva: 18).

O programa Cultura Viva, através da sua principal ação, os Pontos de Cultura, sintetiza o posicionamento do Ministério da Cultura frente ao objetivo de conceber políticas de democracia cultural no contexto contemporâneo. Partindo de uma concepção de cultura como bem público, se projeta uma ação positiva que se dirige à parcela marginalizada da sociedade e que, ao trabalhar conceitos como autonomia, protagonismo social e gestão descentralizada, inverte a lógica impositiva característica das políticas públicas, buscando viabilizar a cidadania cultural (Botelho, 2006).

De acordo com dados publicados pelo IPEA em setembro de 2009, no fim de 2008 a ação contemplava 824 grupos, associações e entidades que atuam no campo cultural em todo o país. Tendo em vista que a implantação de uma determinada política sempre supõe distorções e possíveis desvios, faz-se necessário analisar as dificuldades e oportunidades inerentes ao modelo de gestão proposto pela ação a partir da sua aplicação na realidade concreta.

Limites e possibilidades da ação Pontos de Cultura a partir de um estudo de caso: o Ponto de Cultura – Centro de cultura caiçara da Barra do Ribeira

Como se viu anteriormente, a ação Pontos de Cultura busca apoiar projetos culturais promovidos pela parcela excluída da sociedade civil, com a finalidade de incentivar a diversidade cultural do país. Nesse sentido, se apresentará as principais considerações do estudo realizado junto à Associação dos Jovens da Juréia (AJJ), organização localizada no distrito da Barra do Ribeira, município de Iguape, litoral sul do estado de São Paulo. Em 2005 a AJJ foi beneficiada pela ação e assinou convenio com o Ministério da Cultura, transformando-se em Ponto de Cultura – Centro de cultura caiçara da Barra do Ribeira.

A Associação dos Jovens da Juréia foi criada em meados da década de 1990 por um grupo familiar proveniente da região da Juréia. Em efeito, a criação da Associação está diretamente vinculada à história recente dessa região, marcada por uma série de conflitos no campo sócio-ambiental. Em meados dos anos oitenta, uma área de 79.240ha foi reconhecida pelo governo brasileiro como área de proteção integral, levando à criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins (EEJI). A transformação em zona de proteção integral implicou na retirada das comunidades residentes na região, representando uma ameaça à manutenção das suas práticas sociais e culturais, assim como a perda de seus referentes identitários. A crescente pressão dos organismos governamentais sobre as comunidades locais fez com que diferentes ONG's e institutos de pesquisa passassem a apoiá-las no esforço para que permanecessem em seus territórios (Diegues, 2001). Tal apoio, combinado ao reconhecimento dos direitos culturais preconizado na Constituição Federal de

1988, desencadeou um processo de autoafirmação da identidade local, levando à articulação da luta pelos direitos dessas comunidades. É dentro deste contexto que um grupo de pessoas, trasladado da Juréia devido à criação da EJJ, decidiu criar uma associação como instrumento para a preservação de seus vínculos de parentesco e de afirmação da sua identidade. Dessa forma, a Associação passou a desenvolver atividades em busca de meios alternativos de geração de renda (principalmente produção de artesanato), e no sentido da preservação e difusão da cultura local, a cultura caiçara.

O que se percebe é que foi em função de uma experiência concreta, vinculada a um fato do presente – a criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins – que se articulou o discurso de afirmação da identidade caiçara defendido pelo grupo reunido em torno da Associação dos Jovens da Juréia. Tal discurso identitário é construído tomando como referência a memória e a herança cultural por eles compartilhada. Como afirma Prats: “es la memoria que va a determinar los referentes que la población, o parte de ella, irá a seleccionar para la construcción de los discursos identitarios (...) Memoria aquí entendida como construcción social y por eso dinámica, pasible de infinitos recortes, siempre determinados en función del presente” (Prats, 2005a: 26).

Em 2004, a Associação dos Jovens da Juréia, contando com apoio técnico de uma ONG do Rio de Janeiro, apresentou um projeto para a primeira convocatória da ação Pontos de Cultura. A proposta foi aceita e, em 2005, a Associação assinou convenio com o Ministério da Cultura, transformando-se em Ponto de Cultura – Centro de cultura caiçara da Barra do Ribeira. Com o objetivo de “contribuir à continuidade das tradições culturais caiçaras presentes no litoral sul de São Paulo”, o projeto do Ponto de Cultura – Centro de cultura caiçara da Barra do Ribeira previa, para a primeira fase, a reforma da sede da Associação visando a instalação do Ponto, e a realização de oficinas vinculadas à cultura caiçara, como cursos de dança, construção de instrumentos e artesanato, dirigidos principalmente o público infantil, jovem e de terceira idade provenientes da comunidade da Barra do Ribeira.

Como é de se prever, o acordo com o Ministério da Cultura gerou muitas expectativas junto aos integrantes da Associação, e representou mudanças significativas na forma de conceber e administrar o trabalho desenvolvido por eles até então. Contudo, se por um lado os depoimentos recolhidos durante o trabalho de campo demonstraram que o fato de ter se conseguido recursos federais causou grande motivação entre os membros da AJJ, por outro, na prática as expectativas dos sócios não foram totalmente cumpridas. As oficinas dirigidas à comunidade foram realizadas, porém, o projeto de reforma da sede, previsto para a etapa inicial, ficou “pela metade”. As razões que explicam a não conclusão da reforma estão vinculadas ao próprio projeto arquitetônico e às falhas no planejamento dos custos da obra. O projeto proposto, desenhado com apoio técnico de uma ONG fundada por arquitetos e urbanistas do litoral sul de São Paulo, era demasiado ambicioso

para a realidade da Associação, extrapolando sua capacidade humana e financeira para executá-lo. Evidentemente, os problemas decorrentes do estancamento das obras da sede afetaram diretamente as atividades da AJJ, principalmente a produção de artesanato, sua principal fonte de recursos. A produção foi paralisada, o que trouxe como consequência atraso no pagamento das contas de água e luz.

Em efeito, pode-se dizer que a falta de experiência e de conhecimento de causa, por parte da equipe da AJJ, em temas de gestão de projetos, são alguns dos fatores que explicam as dificuldades enfrentadas pela Associação frente o desafio de consolidar o convenio. Por outro lado, os depoimentos coletados destacam outros problemas relacionados à burocracia e às dificuldades de comunicação entre Associação e Ministério, e AJJ e outros Pontos de Cultura.

A questão dos problemas gerados pela burocracia estatal é recorrente nos depoimentos dos sócios. Efetivamente, o mecanismo que rege a máquina pública escapa da lógica que orienta a visão de mundo dessas pessoas, baseada em referentes que não contemplam a complexidade da burocracia estatal que, em lugar de funcionar como um meio, muitas vezes se transforma em uma barreira. As dificuldades para estabelecer uma rede de comunicação eficaz entre a Associação e o Ministério e os demais Pontos de Cultura, também representaram uma barreira para a consolidação do convenio. A Barra do Ribeira, localizada a mais ou menos 18 quilômetros do centro de Iguape, está em uma zona com relativa dificuldade de acesso. Além disso, as redes de Internet e de telefonia móvel ainda são bastante precárias, o que acaba impossibilitando um contato atualizado sobre o que está passando no Ministério. Os obstáculos de comunicação, unidos à falta de organização e de recursos por parte dos associados, também dificultam o intercâmbio e a articulação em rede com outros pontos (tal como prevê o programa). Em relação a este aspecto, um dos sócios relata que, ainda que tenham participado de encontros organizados entre os Pontos, “ a rede de fato não acontece.”

Dessa forma, pode-se dizer que barreiras geradas pela burocracia imposta pelo poder público (dificuldades na prestação de contas e consequente atraso no repasse de recursos) e as dificuldades de articulação com o Ministério e outros Pontos, combinadas com a falta de experiência dos atores sociais envolvidos no processo, podem ser enumerados como os principais fatores que dificultaram a concretização da ação junto à Barra do Ribeira. Por outra parte, se se reconhece que os fatores anteriormente explicitados protelaram a efetivação do Ponto de Cultura – Centro de cultura caiçara da Barra do Ribeira, também cabe considerar que, para os membros da equipe, a experiência por eles vivenciada é percebida como algo positivo, que serviu como exercício para sua capacitação frente à realidade. Sob essa perspectiva, o convenio com o Ministério da Cultura desencadeou um processo de tomada de consciência enquanto o seu papel como protagonistas na efetivação do

convenio, contribuindo com a sua formação e capacitação frente a temas relacionados com o trabalho como agentes culturais locais. Este processo de aprendizagem – que coincide com os princípios de protagonismo social e autonomia que orientam o programa – fez com que a ação ganhasse legitimidade junto aos membros da Associação. Em efeito, pode-se afirmar que uma das possíveis soluções das dificuldades anteriormente enumeradas, seria a capacitação permanente dos atores sociais beneficiados pelo convenio. Tal como ressalta um dos membros da Associação: “é preciso uma capacitação continuada para melhorar o tema da gestão de projetos.”

No momento em que se realizou o trabalho de campo (fevereiro de 2009), os membros da Associação estavam retomando suas atividades e aguardavam o repasse da terceira parcela do recurso. É interessante ressaltar que, pelo fato de que o projeto do Centro de cultura caiçara da Barra do Ribeira ainda não se materializou, existe uma vontade compartilhada entre os sócios pela sua concretização. O tom do seus relatos sugere uma idéia do Ponto de Cultura como algo que está “por vir a ser”, corroborando com a idéia explicitada anteriormente: apesar dos limites impostos pelas travas referentes à burocracia e às falhas de comunicação, a ação conseguiu adquirir legitimidade junto aos atores envolvidos.

No que se refere às dificuldades de gestão do programa, o próprio idealizador da ação reconhece que, de maneira geral, o programa é muito ineficiente na sua gestão.¹ Segundo Célio Turino, tal aspecto em parte se deve à própria linha conceitual que orienta sua concepção: “O programa Cultura Viva é construtivista. Tem uma base fenomenológica (...). é uma construção permanente (...) Eu diria que o Ponto de Cultura é isso, uma plataforma, um lugar de exercícios.”

Nesse sentido, o ex-secretário reconhece que ainda tem muitos aspectos por resolver. No entanto, existem também aspectos positivos que, segundo ele, devem ser destacados: “praticamente todo o dinheiro chega na ponta e não se perde nos meandros”, como é característico da administração pública. Efetivamente, no caso aqui estudado, foi possível verificar tal aspecto. O relato de uma das sócias o demonstra: “O dinheiro está chegando (...).”

Outra possível solução, apontada por Turino (e corroborada pelo estudo apresentado pelo IPEA), aos problemas gerados pela burocracia, seria a descentralização do programa e a transmissão das responsabilidades às administrações públicas locais, que passariam a administrar o repasse de recursos. A transferência da gestão dos convênios aos estados e municípios diminuiria as distâncias, viabilizando melhoras nas redes de comunicação entre poder público e representantes da sociedade civil. Algumas medidas já estão sendo tomadas nesse sentido. O 1º Seminário sobre a descentralização da gestão dos Pontos de Cultura, realizado em Brasília, em dezembro de 2009, manifesta tal esforço.²

Desde a perspectiva da experiência da Associação dos Jovens da Juréia/Ponto de Cultura – Centro de cultura caiçara da Barra do Ribeira, os aspectos apresentados anteriormente podem representar uma oportunidade para a continuidade do projeto. No entanto, sua consolidação implica, acima de tudo, na elaboração de um plano que defina caminhos para sua sustentabilidade financeira. Cabe aos atores envolvidos no processo – os membros de la Associação dos Jovens da Juréia, em conjunto com o Estado – buscar soluções para isso. Na opinião de Célio Turino, em consonância com a orientação que trata a cultura como categoria de intervenção pública ao lado da educação, saúde ou previdência social (García Canclini, 1987; Chauí, 1989; Garretón, 2009), a sustentabilidade da ação se baseia em uma transferência permanente de recursos: "Essa é a minha opinião, não está consolidado. Mas eu trabalho no sentido de que seja uma transferência permanente de recursos, recursos pequenos (...) cinco mil por mês (...) cultura é processo, é contínuo, está feita pela sociedade... Então, da mesma maneira que ninguém questiona outros repasses, tem que manter a escola, tem que manter a saúde, tem que manter a cultura, e a cultura não como produto, mas como processo."³

Por outra parte, o Ponto deve construir um plano de sustentabilidade que não esteja pendente exclusivamente dos recursos federais. Os atores beneficiados pela ação devem buscar articulação com outras organizações e instituições como escolas, instituições de ensino, ONG's, fundações, com o objetivo de construir meios alternativos de captação de recursos e geração de renda. Um dos associados da AJJ evidencia sua preocupação neste sentido: "Tem (a questão) a manutenção de tudo isso... porque a gente tá aqui, quer dizer, a gente precisa ter mais recursos pra dar continuidade..."

Através das entrevistas coletadas entre alguns membros da AJJ, foi possível perceber que, de modo geral, existia uma expectativa inicial bastante positiva entre os sócios frente à possibilidade de se transformar em *Ponto de Cultura* e passar a contar com recursos do governo federal. No entanto, por questões vinculadas à travas burocráticas, problemas de comunicação e falta de capacitação técnica da equipe da Associação em temas de gestão, tal expectativa não foi plenamente cumprida. Contudo, se por um lado pode-se dizer que o projeto do *Ponto de Cultura – Centro de cultura caiçara da Barra do Ribeira* apresenta ineficiências e ainda não se efetivou, por outro, se observa que o discurso conceitual que orienta a ação foi assimilado e incorporado pelos atores sociais envolvidos, atribuindo-lhe legitimidade: segundo os relatos, o convenio contribuiu para o desencadeamento de um processo de aprendizagem e capacitação junto aos membros da Associação. Nesse sentido, se percebe um esforço por sua parte em vistas à continuidade e consolidação da ação.

Teoria x práxis: algumas considerações sobre a ação Pontos de Cultura

O desenho conceitual proposto pela ação Pontos de Cultura é bastante interessante e inovador na medida em que sugere uma inversão na maneira de formular políticas de cultura no âmbito federal: no lugar de políticas impostas desde cima, a ação busca consolidar políticas que envolvam ativamente setores da sociedade civil nunca antes contemplados com recursos públicos, tomando como referência a noção de democracia cultural. Como destacam diferentes autores (García Canclini, 1987; Chauí, 1989, 1990; Botelho, 2006; Morató, 2007), o conceito de democracia cultural dá ênfase ao fomento da atividade cultural da própria população, colocando em evidência uma noção ampliada de cultura, entendida como direito e como cidadania. Dentro dessa perspectiva, tal modelo se baseia em uma idéia de cultura ativa, produzida desde a própria sociedade civil para atender às suas demandas (Prats, 2005c). Assim, frente a modelos pré-concebidos, fechados e monolíticos, que conduzem à totemização e folclorização da cultura, propõe-se um modelo de gestão dinâmico, que converte a cultura em algo vivo, que parte de preocupações e desafios do presente para refletir sobre o passado e assim utilizá-lo como instrumento para projetar, participativamente, o futuro - sempre em torno e ao serviço da comunidade (Prats, 2005b; 2006; 2008). Tal maneira de entender la cultura ganha legitimidade e respaldo dentro do contexto contemporâneo mais amplo, no qual a cultura assume centralidade, desempenhando um papel estratégico dentro da dinâmica social (Morató, 2007).

No entanto, ainda que conceitualmente a orientação da ação adquira legitimidade social, na medida em que supõe um avanço no sentido da participação social, da promoção da diversidade e dos direitos culturais – em consonância com os discursos veiculados por organismos internacionais como a UNESCO e a OEI – desde a perspectiva da sua aplicação prática, o que se corrobora é que sua materialização confronta-se principalmente com problemas relativos à gestão (prestação de contas, repasse de recursos, falta de capacitação técnica frente a complexidade dos procedimentos). O caso aqui apresentado é bastante ilustrativo neste sentido.

Desse modo, baseado na experiência da Associação dos Jovens da Juréia/ Ponto de Cultura – Centro de cultura caiçara da Barra do Ribeira, pode-se dizer que o modelo de gestão que orienta a ação Pontos de Cultura, tem potencial para levar a cabo um processo de transformação das políticas culturais, e contribuir na conversão da cultura local em um poderoso instrumento social à serviço da população (Prats, 2005c). Contudo, existe um longo caminho a ser percorrido para fazer com que a ação seja capaz de alcançar um melhor desempenho das suas funções e resultados eficientes. O caminho passa, sem dúvida, pela transformação das estruturas administrativas e de seus procedimentos, assim como dos marcos legais que os orientam. Tal processo implicaria em uma

maior operatividade por parte da máquina estatal, a través da transformação da burocracia entendida como meio para viabilizar as práticas, e não como barreira insuperável. Tratar da questão da cultura como categoria de intervenção pública supõe ações sistemáticas e descentralizadas, acompanhadas de avaliações contínuas e planos de sustentabilidade. Tal forma de desenhar políticas públicas de cultura implica em um entendimento de cultura como processo, que supõe uma planificação a longo prazo e que não deve estar pendente de ameaças de mudanças de governo (Prats, 2005c), estando sua consolidação diretamente associada à sua transformação em política de Estado, no sentido atribuído por Garretón, qual seja, como “los objetivos y principios que perduran en el tiempo más allá de la política de un determinado gobierno” (2009: 72). Evidentemente, tal como destaca o mesmo autor, “abogar por la existencia de una política cultural estatal nada tiene que ver con posturas dirigistas que impliquen control o direccionalidad estatal hacia determinados contenidos culturales” (Garretón, 2009: 72).

Referencia bibliográfica:

BABALHO, Alexandre, 2007, **Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença**, III ENECULT. <http://www.cult.ufba.br/enecult2007/AlexandreBarbalho.pdf>

BOTELHO, Isaura, 2007, **A política e o plano das idéias**, III ENECULT. <http://www.cult.ufba.br/enecult2007/IsauraBotelho.pdf>

_____, 2006, **Para uma discussão sobre política e gestão cultural**. in L. Calabre (Org.), Oficinas do Sistema Nacional de Cultura. Ministério da Cultura, Brasília, pp. 45-60.

_____, 2001, **Dimensões da cultura e políticas públicas**, São Paulo em Perspectiva, vol. 15, n°2, pp. 73-83. www.scielo.br/cgi-bin/fbpe/fbtext?pid=S0102-88392001000200011

CALABRE, Lia, 2007, **Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas**, III ENECULT. <http://www.cult.ufba.br/enecult2007/LiaCalabre.pdf>

CHAUÍ, Marilena, 1990, **Uma política de cidadania cultural**. Entrevista a Gabriel Cohn, Revista Lua Nova, n°20, pp. 31-39.

_____, 1989, **Cultura: cultura, socialismo e democracia – cultivar ou cultivar**, Revista Teoria e Debate, n° 8. <http://www2.fpa.org.br/conteudo/cultura-cultura-socialismo-e-democracia-cultuar-ou-cultivar>

DIEGUES, Antonio Carlos; ARRUDA, Rinaldo S. V. (Orgs.), 2001, **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**, Ministério do Meio Ambiente/USP, Brasília/São Paulo, pp. 42-44.

Diegues, Antonio Carlos, 1996, **O mito do paraíso desabitado**, Revista do IPHAN, nº 24, pp. 141-151.

CANCLINI, Néstor García (Ed.), 1987, **Políticas culturales en America Latina**, Grijalbo, México.

GARRETÓN, Manuel Antonio, 2009, **Las políticas culturales en los gobiernos democráticos en Chile**. in R. Bayardo & A. A. Rubim (Orgs.), Políticas culturales en Ibero-América, Universidad Nacional Colombia, Colombia, pp. 69-103.

GIL, Gilberto, 2005, **Uma nova política cultural para o Brasil**, Revista Rio de Janeiro, nº 15, pp. 103-110.

_____, 2003, **Experimentação, memória e invenção**, Discurso en la solemnidad de transmisión del cargo. Brasília, 02 de enero de 2003, Revista Cultura Viva. Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária, s/d, 3ª edição revisada. Ministério da Cultura, Brasília, pp. 40-43.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2009, **Avaliação do Programa Cultura, Educação e Cidadania** – Cultura Viva. in Brasil em desenvolvimento. Estado, planejamento e políticas públicas, vol. 3, pp. 639-654.

ARANGO, Juan Luis Mejía, 2009, **Apuntes sobre las políticas culturales en América Latina. 1987-2009**, Revista Pensamiento Iberoamericano, nº 4, pp. 105-129.
<http://www.pensamientoiberoamericano.org/xnumeros/4/pdf/pensamientoIberoamericano-97.pdf>

MORATÓ, Arturo Rodríguez (Ed.), 2007, **La sociedad de la cultura**, Ariel, Barcelona.

NUNES, Marcia, 2003, **Do passado ao futuro dos moradores tradicionais da Estação Ecológica Juréia-Itatins/SP**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Física, do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. <http://www.usp.br/nupaub/>

OLIVEIRA, Lucia Lippi, 2007, **Política nacional de cultura: dois momentos em análise. 1975 e 2005**. in A. Gomes (Ed.) Direitos e cidadania: memória, política e cultura, Editora FGV, Rio de Janeiro, pp. 137-153.

PRATS, Llorenç, 2008, **El patrimonio, la construcción de las naciones y las políticas de exclusión**. Diálogo sobre la noción de patrimonio, Centro-h. Revista de la Organización latinoamericana y del Caribe de Centros Históricos, nº 1, pp. 87-97.

_____, 2006, **Ativações turístico-patrimoniais de caráter local**. in E. Peralta & M. Anico (Orgs.), *Patrimónios e identidades. Ficções contemporâneas*, Oeiras, pp.191-200.

PRATS, Llorenç; SANTANA, Agustin, 2005a, **Reflexiones Libérrimas sobre patrimonio, turismo e sus confusas relaciones**. in *El encuentro del turismo con el patrimonio cultural: concepciones teóricas y modelos de aplicación*. X Congreso de Antropología, Sevilla, pp. 09-26.

PRATS, Llorenç, 2005b, **Concepto y gestión del patrimonio local**, *Cuadernos de Antropología Social*, nº 21, pp. 17-35.

_____, 2005c, **Introducció. La cultura como patrimoni**, in L. Prats, *Pla de gestió cultural i patrimonial de Torrefarrera*, pp. 05-17.

Revista Cultura Viva. Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária, s/d, 3ª edição revisada. Ministério da Cultura, Brasília.

RUBIM, Antonio Albino Canelas, 2009, **Políticas culturais do governo Lula/Gil: desafios e enfrentamentos**. in R. Bayardo & A. A. Rubim (Orgs.), *Políticas culturales en Ibero-América*, Universidad Nacional Colombia, Colombia, pp. 49-67.

Ventura, Tereza, 2005, **Notas sobre política cultural contemporânea**, *Revista Rio de Janeiro*, nº 15, pp. 77-90.

¹ Célio Turino, ex-secretário da Secretaria de Programas e Projetos Sociais e da Secretaria da Diversidade Cultural, em entrevista realizada em Brasília, em 03 de março de 2009.

² Nesse sentido, ver: http://www.cultura.gov.br/cultura_viva/?p=1274.

³ Célio Turino, em entrevista realizada em Brasília, em 03 de março de 2009.